

MAPFRE Seguros Gerais S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.)

CNPJ 61.074.175/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Em 2011 a Seguradora apresentou prêmios emitidos líquidos de R\$ 3.843,2 milhões, representando um aumento de 29,7% em relação ao exercício anterior. O lucro líquido do exercício de 2011 foi de R\$ 68,9 milhões. Em atendimento à Circular SUSEP 424/2011, a Seguradora declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 683,9 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Ativo		3.943.157	2.799.554
Circulante		3.943.157	2.799.554
Disponível		37.922	42.617
Caixa e bancos		37.922	42.617
Aplicações	5	1.199.627	739.262
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.156.554	1.187.408
Prêmios a receber		1.449.614	1.037.171
Operações com seguradoras		56.512	39.946
Operações com resseguradoras		1.449.614	1.037.171
Outros créditos operacionais		61.428	66.454
Ativos de resseguro - Provisões técnicas		624.136	444.671
Títulos e créditos a receber		73.131	54.590
Títulos e créditos a receber		26.911	25.030
Créditos tributários e previdenciários		44.985	26.255
Outros Créditos		1.235	3.035
Outros Valores e bens		96.473	57.631
Bens à venda		70.997	48.853
Outros valores		25.476	8.778
Despesas antecipadas		1.191	1.601
Custos de aquisição diferidos		343.123	271.774
Seguros		343.123	271.774
Imobilizado		1.506.173	1.695.746
Realizável a longo prazo		919.691	896.150
Aplicações	5	589.256	649.144
Ativos de resseguro - provisões técnicas		60.299	-
Títulos e créditos a receber		204.847	162.507
Créditos tributários e previdenciários		18	196.276
Depósitos judiciais e fiscais		15	8.571
Outros valores e bens		-	108
Custos de aquisição diferidos		65.289	84.391
Seguros		65.289	84.391
Investimento		407.473	645.383
Participações societárias		400.006	637.600
Imóveis destinados à venda		7.319	7.635
Outros investimentos		148	148
Intangível	8	78.977	92.530
Intangível em uso próprio		39.850	42.519
Bens móveis		33.545	7.736
Outros intangíveis		5.582	42.275
Intangível	9	100.032	61.683
Outros intangíveis		100.032	61.683
Total do ativo		5.449.330	4.495.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2011	2010
Passivo		3.414.475	2.674.613
Circulante		3.414.475	2.674.613
Contas a pagar		318.051	147.253
Obrigações a pagar		151.385	55.344
Impostos e encargos sociais a recolher		102.016	67.210
Encargos trabalhistas		16.895	13.643
Impostos e contribuições		37.796	37.261
Outras contas a pagar		9.959	11.056
Débitos das operações com seguros e resseguros		435.039	360.987
Prêmios a restituir		1.973	2.282
Operações com seguradoras		158.581	9.584
Operações com resseguradoras		123.475	185.473
Corretores de seguros e resseguros		143.698	123.431
Outros débitos operacionais		7.312	40.217
Depósitos de terceiros	10	46.394	22.955
Provisões técnicas - seguros	11	2.614.991	2.143.418
Danos		2.578.537	2.070.157
Pessoas		36.454	73.261
Passivo não circulante		757.446	470.102
Contas a pagar		384	384
Débitos das operações com seguros e resseguros		-	739
Outros débitos operacionais		-	739
Provisões técnicas - seguros	11	334.223	139.974
Danos		334.223	139.974
Outros débitos		422.839	329.005
Provisões judiciais		15	422.839
Patrimônio líquido	16	1.277.409	1.350.585
Capital social		16	759.586
Aumento/redução de capital		472.077	54.987
(Em aprovação)		542	542
Reservas de capital		396	396
Reservas de reavaliação		44.808	535.074
Reservas de lucros		44.808	535.074

Total do passivo

5.449.330 4.495.300

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital de ações	Reserva de capital (Investida)	Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação - AGE de 31 de dezembro de 2010	-	54.987	-	-	-	-	-	54.987
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	53	53	53
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	278.832	278.832	278.832
Distribuição do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	13.942	(13.942)	-
Constituição de reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	203.090	(203.090)	-
Juros sobre o capital próprio distribuído	-	-	-	-	-	(61.853)	(61.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	759.586	54.987	497	45	396	496.667	38.407	- 1.350.585
Aumento de capital - AGE de 28 de fevereiro de 2011	-	4.247	-	-	-	-	-	4.247
Redução de capital - AGE de 28 de fevereiro de 2011	-	(509.926)	-	-	-	-	-	(509.926)
Aumento de capital - capitalização de reservas - AGE de 27 de maio de 2011	-	535.074	-	-	-	(496.667)	(38.407)	-
Aumento de capital - capitalização de reservas de lucros de janeiro a abril 2011 - AGE de 27 de maio de 2011	-	12.622	-	-	-	-	-	12.622
Aumento de capital - AGE de 30 de maio de 2011	-	245.073	-	-	-	-	-	245.073
Capitalização de lucros de janeiro a abril de 2011 - AGE de 27 de maio de 2011	-	-	-	-	-	-	-	(24.103)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.911	68.911	68.911
Distribuição do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	3.446	(3.446)	-
Constituição de reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	41.362	(41.362)	-
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2011	-	130.000	-	-	-	-	-	130.000
Saldos em 31 de dezembro de 2011	759.586	472.077	497	45	396	41.362	3.446	- 1.277.409

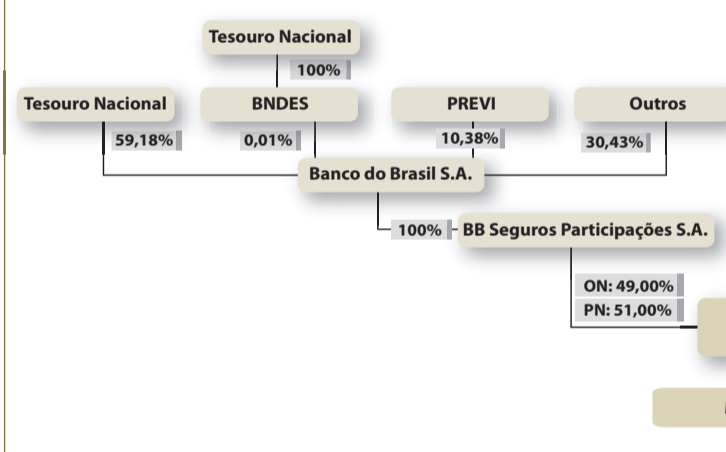
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.), doravante referida também como “Seguradora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objetivo social operar em seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. Em 05 de maio de 2010 o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil (BB), por meio da MAPFRE Brasil Participações S.A. e da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB), para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. A operacionalização dessa parceria requereu a reorganização societária e operacional no Grupo MAPFRE, aprovada previamente pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 28 de dezembro de 2010.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 21 de setembro de 2011, foi alterada a denominação social da MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A. para MAPFRE Seguros Gerais S.A., em aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPC’s homologados pela SUSEP. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota explicativa 22. A Seguradora não apurou ajustes relativos aos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2012.

b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme Circular nº 424, de 29 de abril de 2011. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradores (ativo) e receitas de comercialização diferidas (passivo) para ativos de resseguros provisões técnicas; ii) receitas de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos - resseguros (ativo); iii) operações de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e iv) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: i) ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional da data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são re-convertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. Todas as diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto diferenças sobre itens temporários em moeda estrangeira que são parte de um investimento líquido em uma operação estrangeira. Essas são levadas diretamente à caixa. **f) Ativos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou resultante e as diferenças de impostos e créditos tributáveis a diferenças cambiais sobre esses itens são também reconhecidos no patrimônio líquido, quando aplicável. **f) Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis:** Nas demonstrações financeiras foram registrados determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros, em consonância às normas homologadas pela SUSEP. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas periodicamente, e seus efeitos são reconhecidos nas demonstrações financeiras em quaisquer períodos futuros afetados. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Nota 3b Ativos financeiros;
- Nota 3g Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3h Provisões técnicas;
- Nota 3i Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3j Mensuração dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3k Teste de adequação dos passivos;
- Nota 14 e 15 Prêmios a receber; e
- Nota 14 e 15

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curto prazo e liquidez imediata. **b) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) designados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles cujo valor justo por meio do resultado é determinado com base em dados de mercado. Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Seguradora tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de hedge, quando estes apresentarem ganhos, e caixa e equivalentes de caixa. **ii) Ativos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Seguradora tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Seguradora possui as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria. **iii) Ativos disponíveis para venda:** Ativos financeiros são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria o que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Em 28 de fevereiro de 2011 a Seguradora realizou cisão de parte de seu patrimônio líquido, bem como recebeu uma carteira de garantias e crédito da MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada MAPFRE Garantias e Créditos S.A.), com o objetivo de preparar a Seguradora para a formação da parceria com o Banco do Brasil. Os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas,

imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora. A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados. São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ações)

	Nota	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	17	3.483.200	2.963.091
Variações de provisões técnicas de prêmios		(332.022)	(304.587)
Prêmios ganhos	17	3.151.178	2.658.504
Receita com emissão de apólice		154.663	109.960
Sinistros ocorridos	17	(1.998.389)	(1.537.132)
Custos de aquisição	17	(788.350)	(667.352)
Outras receitas e despesas operacionais		(95.806)	(82.738)
Resultado com resseguro		(73.744)	(152.299)
(+) Receita com resseguro		429.931	203.390
(-) Despesas com resseguro		(503.675)	(354.699)
Despesas administrativas	17	(372.970)	(295.839)
Despesas com tributos	17	(75.556)	(29.707)
Resultado financeiro	17	137.468	145.821
Resultado patrimonial		46.414	164.784
Resultado operacional		84.908	314.002
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		2.230	4.841
Resultado antes dos impostos e participações		87.138	318.843
Imposto de renda	18	(466)	(18.535)
Contribuição social	18	(4.972)	(12.887)
Participações sobre o resultado		(12.789)	(8.589)
Lucro líquido		68.911	278.832
Quantidade de ações		924.383	1.043.161
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		74,55	267,30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

q) Recitas e despesas financeiras: As recitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida sobre o resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente à R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e diferido, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionado a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangendo. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. **s) Outros valores e bens:** A Seguradora detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos da retomada de ativos que foram dados como garantia de operações de crédito (empréstimos e financiamentos) concedidas a clientes, bem como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao custo líquido, incluindo quaisquer custos diretos relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de liquidação do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos (LAT) de devedores de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa. **t) Investimentos:** Participações societárias: O investimento na MAPFRE Affinity Seguradora S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Seguros Seguradora S.A.) é avaliado por equivalência patrimonial e o investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. **ii. Imóveis destinados à venda:** Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são avaliadas quando vendidas ou a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedade de investimento são reconhecidas na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de atividades de desenvolvimento ou de construção de um empreendimento, ou mudança na natureza da propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo presumido para fins de contabilização subsequente corresponde ao valor justo na data da mudança no seu uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Seguradora contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

Valor Aluguel projetado em 2011	
IGP-M	Valor Corrigido
1º Ano	5,00%
2º Ano	5,09%
3º Ano	4,50%
4º Ano	4,50%
5º Ano	4,50%

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de seguro:** O risco de crédito, **• Risco de liquidez:** **• Risco de mercado:** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é descrever as informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente atualizado, que segue as diretrizes mais recentes dos organismos internacionais, como o ISO 31000 e as Normas de Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (*Compliance*) são elaborados planos de ação específicos. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais falhas sejam corrigidas em tempo. Além disso, para garantir o comprometimento dos colaboradores, o Controle Interno é desenvolvido a partir da articulação do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcella qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de autoavaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise consistente e integrada da qualidade dos processos e controles de gerenciamento de riscos, constituindo-se os seguintes comitês: **• Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Administração, dentre outros, as políticas e os limites para a administração dos riscos financeiros. **• Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO CONTROLADORA BANCO DO BRASIL e MAPFRE, este comitê designado apenas GRUPO, tem como objetivo avaliar e propor para apreciação da Administração as políticas, práticas e medidas de qualidade no âmbito de suas atribuições. **• Comitê de Risco:** cabal a este comitê a finalidade de avaliar o desempenho de cada uma das Seguradoras. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respalda as ações definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de seguro:** A Seguradora de seguros está exposta, a auditoria interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a custo razoável. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como o a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de crédito:** A Seguradora de seguros está exposta, a auditoria interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a custo razoável. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como o a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de mercado:** A Seguradora de seguros está exposta, a auditoria interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a custo razoável. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como o a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco operacional:** A Seguradora de seguros está exposta, a auditoria interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a custo razoável. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como o a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Região geográfica	2011					
	Auto	%	Demais	%	Vida	% Total
Centro Oeste	81.635	3%	18.748	1%	6.948	0%
Nordeste	148.918	5%	26.758	1%	12.091	0%
Norte	26.222	1%	6.154	0%	3.270	0%
Sudeste	1.370.873	48%	640.233	22%	38.670	1%
Sul	309.619	11%	118.860	4%	15.960	0%
Total	1.937.667	68%	808.753	28%	76.999	2%

Região geográfica	2010					
	Auto	%	Demais	%	Vida	% Total
Centro Oeste	108.012	3%	23.975	1%	7.876	0%
Nordeste	193.997	5%	133.736	4%	16.960	0%
Norte	34.137	1%	10.537	0%	3.701	0%
Sudeste	1.741.780	48%	718.015	20%	67.168	2%
Sul	382.833	11%	142.290	4%	21.709	1%
Total	2.460.759	68%	1.028.553	29%	117.414	3%

Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas as análises de sensibilidade às provisões técnicas de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR e de Insuficiência de Prêmios - PIP. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nesta demonstração financeira: (a) Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: 1) IBNR: possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. 2) PIP: agravado de 5% na premissa de sinistralidade utilizada. O resultado do risco de crédito também sofreu uma elevação de 5% na sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNP - e mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. (b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. (c) Taxa de Juros: rendimento financeiro com uma redução de 1% na taxa de juros. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	
	2011	2010
a. Provisões Técnicas		
total	(7.066)	(4.231)
a1. IBNR	(7.066)	(4.231)
a2. PIP		
Aumento		
b. Sinistralidade		
Aumento	(96.954)	(78.753)

c. Taxa de Juros Como uma redução de 1% na taxa de juros (14.651) (12.369)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos reais decorrente da consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que obrigam seus contratantes e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser mensurado, substancialmente, por meio dos seguintes fatores: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por partes segurados; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e d) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em dinheiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas as análises de sensibilidade aos riscos decorridos e decorrentes de sinistros ocorridos. Adicionalmente, no ramo de seguros de vida e acidentes de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estreita de resseguradoras que possuem classificações de crédito classificatórias. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando com resseguradores de baixo risco, com a finalidade de manter um nível adequado de provisões técnicas. Existem algumas exposições com a Seguradora do Grupo MAPFRE. Gerenciamento do Risco de Crédito: As resseguradoras são sujeitas a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguro e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros) e o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, conforme demonstrado a seguir: Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradora, em grupos de clientes, em mercados de risco de crédito não diversificados e em setores geográficos. O gerenciamento de risco de crédito referen-

Resseguradora	2010	
	Percentual de cessão	Rating
Aon Benfield Brasil Corretora de Resseguros Ltda.	5,98%	Sem Rating
ARX-RE Corretora de Resseguros Ltda.	0,01%	Sem Rating
Bowling Marsh Corretora de Resseguros Ltda.	1,77%	Sem Rating
Colemont Brasil Corretagem de Resseguros Ltda.	8,30%	Sem Rating
Factory Mutual Insurance Company	7,96%	A+
Guy Carpenter & Company Corretora de Resseguros S.A.	0,70%	Sem Rating
Hannover Rückversicherung AG	0,02%	A
IRB Brasil Resseguros S.A.	22,00%	Sem Rating
JLT Re Brasil Administração e Corretagem de Resseguros Ltda.	44,84%	Sem Rating
Miller do Brasil Corretora de Resseguros Ltda.	0,72%	Sem Rating
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	0,39%	Sem Rating
Nausch Hogan & Murray Brasil Corretora de Seguros Ltda.	0,61%	Sem Rating
Odyssey America Reinsurance Corporation	0,01%	A-
Save-Re Brasil Corretora de Resseguros	0,80%	Sem Rating
Swiss Reinsurance America Corporation	0,02%	Sem Rating
UIB Re Brasil Corretora de Resseguros Ltda.	1,15%	Sem Rating
Willis Corretora de Resseguros Ltda.	4,72%	Sem Rating
Total	100%	

Rating dos resseguradores dos contratos automáticos:

Resseguradora	2011	
	Percentual de cessão	Rating
MAPFRE Re DO BRASIL SEGURADORA DE RESEGUROS	65,50%	Sem Rating
MAPFRE Re, COMPANHIA DE REASEGUROS, S.A.	33,40%	A+
MAPFRE Re, COMPANHIA DE REASEGUROS, S.A.	1,10%	Sem Rating
Total	100%	

Resseguradora	2010	
	Percentual de cessão	Rating
MAPFRE Empresas, Companhia de Seguros y Reaseguros S.A.	0,50%	Sem Rating
MAPFRE Re Companhia de Seguros, S.A.	72,23%	A+
MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros	27,27%	Sem Rating

Rating da carteira de aplicações	
Títulos	Contábil
I. Ativos disponíveis para negociação	1.103.653
AAA	835.333
AA+	2.049
AA	210.225
AA-	56.046
II. Ativos mantidos até o vencimento	683.919
AAA	580.933
AA+	0
AA	102.986
Total geral	1.787.572

b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*Asset Liability Management - ALM*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Composição de prêmios a receber por prazo	
2011	2010
Vencimentos	1.081.262
1 a 30 dias	303.472
31 a 60 dias	30.207
61 a 120 dias	16.822
121 a 180 dias	3.823
181 a 365 dias	7.142
Superior a 365 dias	14.282
Prêmios emitidos	1.457.010
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	(7.396)
Total de Prêmios a Receber	1.449.614

c) Risco de mercado: A Seguradora adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Financeiro e pela Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com os ferramentas *Stress Testing* e *Value At Risk* e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de *Stop Loss*. A Seguradora acompanha o VaR da carteira de investimento diariamente, por meio das informações disponibilizadas pela MAPFRE DTM. O risco da carteira é apresentado em reunião do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação dos ativos da carteira. **Sensibilidade à Taxa de Juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INCP, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível às variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 1.787.572 de ativos financeiros, incluindo as operações comprometidas, R\$ 683.919 foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 1.103.653. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

Fator de Risco	Impacto no Patrimônio Líquido	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Taxa de Juros		
Elevação da taxa de juros	(6.326)	(520)
Redução da taxa de juros	6.486	551
Riscos operacionais: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Na Seguradora, a gestão dos riscos operacionais é realizada com foco na identificação, avaliação e resposta às ameaças, externas e internas, aos objetivos estratégicos e às operações. Dessa forma, a Seguradora mantém atualizadas as atividades de controle de prevenção de riscos não aceitos e de detecção de riscos residuais. Todo o processo de avaliação de riscos operacionais é desenvolvido pela área de Controles Internos Corporativos, que segue as orientações da <i>holding</i> espanhola, mas atua de forma independente no Brasil. A partir de um aplicativo exclusivo denominado <i>Riskmap</i> , cerca de 600 fatores de risco são previamente identificados, distribuídos por tipos de risco, por áreas de risco e por processos e subprocessos operacionais. Cada um dos fatores de risco é avaliado periodicamente pela maioria dos gestores, por meio de um processo de <i>control-self assessment</i> , que resulta em mapas de risco que permitem visualizar variáveis como probabilidade de ocorrência, importância relativa e grau de controle de cada risco avaliado. A partir daí, são estabelecidas ações para manter em equilíbrio os níveis das três variáveis, estabelecidos em cinco graus (de muito baixo a muito alto). Além de serem obtidos por tipo de risco, por processo ou por subprocesso, os mapas de risco também podem ser visualizados desde um setor de negócio (Automóvel, Vida, Ramos Elementares, Garantia, Previdência, etc.), de uma atividade de <i>back-office</i> (Recursos Humanos, Jurídico, Controladoria, Investimentos, etc.) ou de uma posição consolidada do Grupo, passando em cada uma das empresas que o compõem. Gestão de Capital: O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Em 2011 foi observada insuficiência de capital. Em 26 de janeiro de 2012 a Seguradora apresentou o Plano Corretivo - PCS que constou como principal providência o aumento de capital de R\$ 130.000 e o R\$ 50.000 de recebimento de dividendos em 29 de dezembro de 2011. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento das seguradoras é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os recursos inerentes às operações. A Seguradora opera o Capital Mínimo Requerido (CMR) conforme requerimentos da Resolução CNSP 227 de 06 de dezembro de 2010.		
Patrimônio Líquido	1.277.400	1.350.580
Participação em sociedades em empresas financeiras	(399.831)	(632.486)
Participação em sociedades em empresas não financeiras	(87)	(2.557)
Despesas antecipadas	(6.568)	(1.601)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	(490)	(490)
Obras de Arte	(148)	-
Ativos Intangíveis	(100.032)	(61.683)
Patrimônio líquido ajustado (a)	770.253	651.768
0,2 vezes da receita líquida de prêmios emitidos últimos 12 meses	569.546	485.211
0,3 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	452.928	385.222
Índice de Solvência (b)	569.546	485.211
Capital Base	15.000	15.000
Capital Adicional de Subscrição	587.824	503.102
Capital Adicional de Crédito	60.061	-
Benefício da correlação entre riscos	(46.779)	-
Capital Mínimo Requerido (c)	662.885	518.102
Suficiência de capital - EC maior (b) ou (c)	662.885	518.102
Suficiência de capital (a - c)	107.368	133.666
Suficiência de capital (% da EC)	16,20%	25,80%

Terrenos	Computadores e Periféricos		Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias	Outras Imobilizações	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Adições						
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.315	38.204	60.323	35.745	26.571	1.032	28.038	207.433
Adições	-	2.287	2.482	913	1.297	-	806	69
Baixas	-	-	-	(1.117)	(1.032)	-	-	(2.149)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.315	40.491	62.805	36.658	26.751	-	28.844	213.138

Custo	Desenvolvimento de programas		Marcas e Patentes	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Adições		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	114.312	-	145	114.457
Adições	51.251	(2)	(2)	51.247
Saldo em 31 de dezembro de 2011	165.561	-	143	165.706
Amortizações	(52.774)	-	-	(52.774)
Amortização do período	(12.900)	-	-	(12.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(65.674)			(65.674)
Valor Contábil	(65.677)	-	-	(65.677)
Em 31 de dezembro de 2010	61.538	-	-	61.538
Em 31 de dezembro de 2011	99.887	-	-	99.887

Taxa Anual	Anos de Vida Útil	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
4%	25	20%	5*
10%	10	-	indeterminado
10%	10	-	indeterminado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

14. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros:

PSL Judicial	2011			2010		
	Quantidade	Reclamado	Provisão	Quantidade	Reclamado	Provisão
Provável	6.738	168.285	168.285	6.438	132.449	132.449
Total	6.738	168.285	168.285	6.438	132.449	132.449

b) Composição das quantidades das ações por ano:

Ano de Abertura	PSL Judicial		
	Quantidade	Reclamado	Provisão
Até 2000	-	-	251
2001	-	-	101
2002	-	-	134
2003	-	-	159
2004	-	-	269
2005	-	-	353
2006	-	-	531
2007	-	-	714
2008	-	-	1.033
2009	-	-	1.271
2010	-	-	1.254
2011	-	-	668
Total	-	-	6.738

15. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição:

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2011	2010	2011	2010
Fiscal	412.792	322.370	8.571	8.504
COFINS	389.355	309.242	-	-
PIS	23.353	13.045	-	-
Outros	84	83	8.571	8.504
Trabalhista	6.047	2.635	-	-
Cível	4.000	4.000	-	-
Total	422.839	329.005	8.571	8.504

A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que introduziu mudanças no cálculo do PIS e do COFINS, e obteve decisão favorável em primeira instância que afastou a obrigatoriedade do recolhimento, sendo que atualmente o processo aguarda julgamento de apelação no TRF da 3ª Região. Em novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedir similares (RE nºs 346.084/PR, 390.840/MG, 357.950/RS e 358.273/RS), decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Baseado nesta jurisprudência do STF, a Seguradora classificou como provável a perda da ação no que se refere à exigência sobre o faturamento, bem como remota a perda no que diz respeito às demais receitas. Os valores não recolhidos, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, estão sendo provisionados até o trânsito em julgado da sentença. A partir de maio de 2009, com fundamento na Lei nº 11.941/09, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Seguradora provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre receitas da atividade empresarial. Em dezembro de 2010, baseado no parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT/nº 2.773/2007, a Seguradora reverteu a provisão constituída sobre outras receitas no montante de R\$ 56.268. Refere-se à contribuição para o INSS incidente sobre a remuneração paga pela Seguradora a autônomos e pró-labore, exigida na forma da Lei Complementar nº 84/96, referente a dezembro de 1996, que foi depositada em juízo conforme autorização judicial. Em processo similar, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da referida contribuição (ADIN nº 1.432-3 DF), jurisprudência que motivou a classificar o risco como possível. *Outros processos:* A Seguradora obteve sentença em 1ª instância para o não recolhimento do PIS referente às Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998. Os valores não recolhidos em 31 de dezembro de 2011 são de R\$ 9.481 (R\$ 9.371 em 31 de dezembro de 2010). A probabilidade de perda com esse processo foi analisada como remota, motivo pelo qual não foi constituída a provisão para perdas. *Trabalhistas e Cíveis:* A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas.

b) Movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	322.370
Constituições	61.533
Atualização monetária	28.889
Saldo em 31 de dezembro de 2011	412.792

c) Composição das ações judiciais de naturezas trabalhista e fiscal por probabilidade de perda:

I - Fiscais	2011		2010	
	Quantidade	Causa Provisão	Quantidade	Causa Provisão
Provável	3	412.792	3	232.621
Remota	1	9.481	1	9.371
Total	4	422.273	4	241.992

II - Trabalhistas	2011		2010	
	Quantidade	Reclamado	Quantidade	Reclamado
Provável	61	14.933	27	2.635
Remota	114	31.828	151	32.954
Total	175	46.761	178	35.589

III - Cível	2011		2010	
	Quantidade	Reclamado	Quantidade	Reclamado
Provável	1	4.000	1	4.000
Remota	1	4.000	1	4.000
Total	2	8.000	2	8.000

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.231.663 (R\$ 814.573 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 924.383.363 (1.043.160.645 em 31 de dezembro de 2010) por ações ordinárias, sem valor nominal. O aumento de capital (em aprovação), no montante de R\$ 472.077 (R\$ 54.987 em 2010) refere-se às deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias, detalhadas nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, ainda não aprovadas pela SUSEP. Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Não foram propostos dividendos por inexistir intenção de distribuição. b) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. c) Reserva estatutária: Conforme previsto no artigo 29º do Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, foi transferida à conta de reserva estatutária, até o limite do capital social.

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Principais ramos de atuação:

Ramos de Atuação	Despesas (receitas) de comercialização					
	2011		2010		Percentual	
	Prêmios	Ganhos	Sinistralidade	Despesas	Prêmios	Ganhos
Automóveis	1.320.284	1.174.938	66,0%	62,3%	26,0%	25,1%
Responsabilidade civil facultativa	404.479	340.487	55,7%	57,1%	21,4%	18,4%
Riscos diversos	84.924	56.740	20,8%	50,9%	17,6%	25,1%
Garantia Estendida	105.323	82.772	46,7%	9,0%	75,3%	68,6%
Conteúdo residencial	67.901	59.335	48,2%	49,8%	43,6%	42,8%
Penhor rural - instituição financeira privada	32.514	35.006	29,6%	41,3%	22,4%	17,2%
Acidentes pessoais passageiros	26.232	21.931	11,7%	10,1%	18,4%	17,4%
Benefícios/produto agropecuário	79.249	27.300	42,3%	77,9%	14,2%	14,0%
Transportes nacionais	22.475	82.138	42,3%	40,1%	18,5%	16,5%
Transportes internacionais	17.435	19.986	24,5%	20,3%	19,4%	14,1%
R.C. transportador	118.755	99.152	54,9%	63,5%	27,6%	34,5%
DPVAT	73.131	69.751	89,2%	88,5%	1,5%	1,4%
Demais ramos	792.976	588.948	23,4%	22,1%	5,7%	4,9%
Total	3.151.178	2.658.504	50,0%	49,1%	21,2%	20,2%

b) Prêmios emitidos líquidos

	2011	2010
Prêmios diretos	3.483.200	2.963.091
Prêmios de co-seguros aceitos	3.479.119	2.716.797
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	170.756	169.591
Prêmios cedidos em co-seguros	(358)	(358)
Prêmios de retrocessões	(166.326)	(20.970)
Total	3.496.711	3.496.711

c) Sinistros ocorridos

	2011	2010
Indenizações avisadas	1.998.389	1.537.132
Despesas com sinistros	2.030.701	1.545.336
Servços de assistência	92.483	79.670
Recuperação de sinistros	69.497	61.331
Salvados e ressarcimentos	(10.590)	(5.416)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(208.398)	(162.914)
Total	2.469.181	1.912.117

PARER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da MAPFRE Seguros Gerais S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.) - CNPJ nº 61.074.175/0001-38
 1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da MAPFRE Seguros Gerais S.A. "em aprovação" com data-base de 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 410/2010 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.
 2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE Seguros Gerais S.A. "em aprovação", referentes a 31 de dezembro de 2011, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder MAPFRE Seguros Gerais S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Tem alcance ainda sobre as demais empresas que compõem o grupo MAPFRE Seguros Gerais, a saber: MAPFRE Vida S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.), MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Seguradora de Garantias e Créditos S.A.), MAPFRE Affinity Seguradora S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A., MAPFRE NOSSA CAIXA Vida e Previdência S.A., Vida Seguradora S.A. e MAPFRE Capitalização S.A. O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à sua qualidade e integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; e avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas. O Comitê realizou suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração da Seguradora, dos auditores externos, da auditoria interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises. O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se diretamente ao órgão de Administração da Seguradora, em cumprimento às disposições constantes da referida Resolução nº 118. Para o exercício de sua missão institucional, manteve reuniões formais e fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão a seguir sumarizadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da MAPFRE Seguros Gerais S.A. - "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.)
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
 A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

DIRETORIA

Diretor Presidente	Marcos Eduardo dos Santos Ferreira	Diretores	Alencar Rodrigues Ferreira Júnior
Diretor Vice-Presidente	Roberto Barroso		Benedito Luiz Alves Dias
			Carlos Alberto Landim
			Direcu Tiegs
			Jabis de Mendonça Alexandre

d) Custos de aquisição

	2011	2010
Comissões	788.350	667.352
Recuperação de comissões	(2.963)	(740)
Outras despesas de comercialização	82.727	76.479
Variação das despesas de comercialização diferidas	(58.170)	(76.213)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2011	2010
Despesas com cobrança	95.806	82.738
Administração de apólices - pró-labore	15.035	15.716
Outras receitas/despesas operacionais	1.151	865
Total	79.620	66.157

f) Despesas administrativas

	2011	2010
Pessoal próprio	372.970	295.839
Serviços de terceiros	205.718	151.320
Localização e funcionamento	83.064	62.659
Outras despesas administrativas	90.623	18.506
Total	(6.435)	63.354

g) Despesas com tributos

	2011	2010
COFINS	75.556	29.707
PIS	56.544	15.540
Taxa de fiscalização	9.426	8.345
Outras despesas com tributos	2.787	2.327
Total	6.799	3.495

h) Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas com títulos de renda fixa	137.468	145.821
Receitas financeiras com operações de seguros	196.964	121.063
Receitas com depósitos e fundos retidos	18.513	36.713
Outras receitas financeiras	38	27
Despesas financeiras	508	1.343
Total	(78.555)	(13.325)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2011	2010
Imposto de Renda	74.349	74.349
Contribuição Social	310.254	310.254
Lucro antes dos impostos e após participações	19.023	11.428
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
aliquotas vigentes	-	79.687
Remuneração do capital próprio	-	(17.611)
Diferenças temporárias	26.421	15.852
Diferenças permanentes	(17.161)	(6.484)
Deduções incentivadas	(1.442)	-
Imposto corrente	26.841	20.796
Constituição de crédito tributário	(26.421)	(15.852)
Tributos de Períodos Anteriores	46	28
Total	466	4.972

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2011	2010
Contingências tributárias	165.117	128.948
Contingências cíveis	1.600	1.600
Provisão para riscos de crédito	15.961	15.353
Provisão para participação nos lucros	4.187	3.724
Contingências trabalhistas	2.419	1.054
Outros provisões	6.502	2.834
Prejuízo fiscal/base negativa	490	490
Total não circulante	196.276	154.003

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos até 2012. Para os créditos tributários de diferenças temporárias, substancialmente oriundos da constituição de provisões judiciais, a realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão, cujos prazos não são previsíveis.

Cisão de operação de garantias e crédito

	2011	2010
Circulante	42.621	-
Disponível	344	-
Caixa e bancos	344	-
Aplicações	7.919	-
Quotas de fundos de investimentos	7.919	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	20.447	-
Prêmios a receber	9.743	-
Operações com seguradoras	498	-
Operações com resseguradoras	10.527	-
Outros créditos operacionais	5	-
(-) Provisão para riscos de crédito	(326)	-
Títulos e créditos a receber	780	-
Títulos e créditos a receber	780	-
Outros valores e bens	88	-
Outros valores	88	-
Despesas antecipadas	37	-
Operacionais	37	-
Despesas de comercialização diferidas	1.308	-
Seguros e resseguros	1.308	-
Despesas de resseguro e		